

DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO SOCIAL DO ENSINO TÉCNICO EM PORTUGAL

Joaquim Azevedo

Comissão de Coordenação da Região Norte

Introdução

Com esta abordagem sobre o Ensino Técnico-Profissional¹ pretende-se caracterizar as principais tendências na relação entre a oferta e a procura de lugares de formação e interpretar o fenómeno da difícil implantação social do Ensino Técnico-Profissional em Portugal.

Toma-se como elemento de análise a experiência pedagógica do ensino técnico desde o seu início, em 1983, até 1986. Está fora do nosso horizonte transmitir uma perspectiva histórica desta pro-

¹ O Ensino Técnico-Profissional (abreviadamente designado ETP) foi criado em Outubro de 1983 como uma *experiência pedagógica*. Criaram-se 42 turmas, em 42 escolas do país e dois tipos de cursos: *técnico-profissionais* (TP) de três anos de duração, conferindo um diploma técnico e com acesso «directo» ao ensino superior e cursos *Profissionais* (P) de um ano de duração seguido de seis meses de estágio complementar, em empresa. O acesso ao ensino superior também é legalmente garantido aos alunos dos cursos profissionais mediante a realização de um percurso em regime pós-laboral. No ano lectivo seguinte, 1984/85, o número de turmas passou para 200 em 106 escolas secundárias. Em 1985/86 elevou-se o número de turmas para 435 e o número de escolas para 135.

Os cursos técnico-profissionais visam, segundo a lei, «a formação de profissionais qualificados de nível intermédio» e os cursos profissionais têm como objectivo a «a qualificação profissional de trabalhadores para os diversos sectores de actividade». Estes cursos de curta duração contêm apenas uma área de formação — formação profissional — enquanto que os cursos técnico-profissionais são compostos por três áreas: formação geral, formação específica e formação técnico-profissional.

blemática mas apenas analisar os actuais desequilíbrios entre oferta e procura no seio desta medida de política educativa.

Este estudo pode contribuir para esclarecer outros fenómenos sociais conexos característicos no tecido social português e, mais particularmente, contribuirá para conhecer melhor o nosso sistema de ensino e a sua evolução recente.

Os desequilíbrios entre a oferta e a procura²

Os grandes desequilíbrios entre a oferta de lugares de formação e a procura registaram-se no terceiro ano da experiência pedagógica. No primeiro ano, os cursos abriram, em princípio com 15 alunos cada. No segundo ano, em 1984/85, já se patenteiam desfasamentos, sobretudo nos cursos profissionais. Mas no terceiro ano o número de cursos que não abriram passa de 8 para 28, ou seja de 6% para 12% do total da oferta (cfr. Quadro 1).

Quadro 1 — A OFERTA E A PROCURA DO ENSINO TÉCNICO - PROFISSIONAL
RESULTADOS DE UMA AMOSTRA¹

	1						2	
	Total		Via Profissional		Via Técnico-Profissional		Área de formação de Serviços	
	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
Cursos que abriram	119	198	41	63	78	135	22	45
Cursos que não abriram ² ..	8	28	5	17	3	1	1	0
Média de candidatos	21.2	20.5	15.6	14.9	24.1	23.1	35.5	31.6
Média de matriculados	13.6	16.9	12.8	13.7	13.9	18.4	14.6	22.0
% de lugares de formação não preenchidos	15.3	43.1	23.9	58.6	10.4	34.6	7.0	—

¹ A amostra contempla 78 escolas em 1984/85 (74% do total) e 98 escolas 1985/86 (73% do total), distribuídas proporcionalmente por todas as regiões do país. A amostragem data de Novembro de 1986.

² Em princípio, nem todos os casos de cursos que não abriram se devem a razões de fraca procura. Todavia, nos dois anos lectivos e nas escolas em apreciação, são desconhecidas outras causas directas para a não abertura dos cursos/turmas.
in, «Castro, José Manuel e Azevedo, Joaquim, 1987¹».

² Todos os dados acerca dos desequilíbrios entre a oferta e a procura no ensino técnico-profissional que aqui são referidos constam do volume «*A Fraca Procura no Ensino Técnico-Profissional — Relatório 2, Avaliação — Ensino Técnico-Profissional, 1983/86*», da autoria de José Manuel Castro e Joaquim Azevedo.

Trata-se de uma análise baseada nun inquérito por amostragem às escolas com ETP, ao qual responderam cerca de 73% das escolas, proporcionalmente distribuídas por todas as regiões.

O número de lugares de formação não preenchidos aumenta veementemente de 15% para 43%, de 1984/85 para 1985/86, na globalidade dos cursos. A escassez da procura acentua-se claramente nos cursos profissionais: 24% e 59% contra apenas 10% e 35% nos cursos técnico-profissionais, respectivamente para 1984/85 e para 1985/86.

Caracterizando mais profundamente esta deficiente procura do ETP, verifica-se que, nos cursos profissionais, a área de maior procura é a dos Serviços (Curso Profissional de Auxiliar Administrativo) que, por si só, representou 45% do total da oferta dos cursos profissionais, seguida da de Electricidade. As áreas de menor procura são a de Metalomecânica e a de Agricultura.

Quanto aos cursos técnico-profissionais a área de formação mais procurada é igualmente a dos Serviços (incluindo a Informática) e a Electrónica; a Mecânica e a Construção Civil são as áreas mais debilmente procuradas.

Esta é a situação de real desequilíbrio entre uma oferta que não cessa de aumentar, ano a ano, e uma procura que se debilita à medida que o ETP se «implanta». Analisemos, de seguida, o contexto em que se lançou esta medida política para melhor situar a sua difícil aderência na sociedade portuguesa ou, pelo menos, em alguns dos seus sectores sociais.

Uma medida de política educativa «condenada ao sucesso»

Em Setembro de 1983, o lançamento do ensino técnico era, para o Ministro da Educação, um acto público que, «na aparência da sua simplicidade e discrição» constitui «uma viragem estrutural do sistema».

Perante uma «pátria em crise», cidadãos, «com a ambição dos largos horizontes», executam um «*plano de emergência para o ensino técnico*», plano este erguido em pouco mais de dois meses. Face a (i) «um país que necessita de trabalhadores competentes e de mão-de-obra qualificada para fazer uma reconversão económica, em vésperas da adesão à Comunidade Europeia», (ii) «um país onde a maioria da juventude não tem saídas para a vida activa, vendo fechadas as portas do emprego» e ainda (iii) face a «um país em que há máquinas paradas nas oficinas das escolas e professores especializados impossibilitados de ensinar», perante esta «situação inadmissível» em que se «perpetuam estudos, debates e propostas em termos bizantinos», a resposta aí está, pronta e inequívoca³.

³ As citações são relativas ao discurso do Ministro da Educação, no acto de posse das Comissões Regionais para o acompanhamento do ETP, a 30 de Setembro de 1983, no Porto.

Até 1978/79, a unificação do curso geral do ensino secundário foi a preocupação dominante do debate público das políticas educativas. Mas, entretanto, acentua-se a ineficácia da formação vocacional e a incapacidade da preparação para o mundo do trabalho, desde o 7.º ao 12.º ano de escolaridade.

Em 1983, no momento do lançamento do ETP, a questão central estava deslocada para o ensino secundário complementar, uma vez verificada a progressiva «licealização» de todo o ensino secundário. A medida, no entanto, vai surgir como um projecto paralelo, situado ao nível do ensino secundário complementar (10.º, 11.º e 12.º anos).

Para os seus promotores o ETP reunia um conjunto de circunstâncias que o *condenavam ao sucesso*: (i) o desemprego dos jovens aumentava; (ii) crescia o descontentamento da população face à incoerência de um investimento realizado na educação sem contrapartidas directas no mercado de emprego (os diplomas como que *perdem empregabilidade* e «coerência social»); (iii) o número de jovens que via recusado o acesso ao ensino superior continuava a crescer igualando aproximadamente o número dos candidatos que eram colocados (cfr. Anexo — Gráfico 1), facto este que desenvolve uma área de tensão acrescida já que se fecha a única porta de saída do próprio sistema, a única e porventura a «melhor saída» para um grande número, dada a adversidade do mercado de emprego; (iv) a população activa portuguesa apresentava níveis de qualificação muito baixos, com uma ausência escandalosa de níveis intermédios de formação (como mais adiante se verá); (v) organizações patronais e sindicais reclamavam insistentemente uma escola secundária capaz de preparar os jovens para o exercício profissional; (vi) a OCDE publicava a 6 de Maio de 1983 o seu «*Exame à política de educação em Portugal*» onde se diz a dado passo que «é preciso introduzir um ramo separado de ensino técnico ou profissional desde o princípio do ciclo complementar e, por isso, defendemos o projecto de reforço do ensino profissional» (Pág. 78) ou ainda «a prioridade óbvia é a de instituir um sistema de ensino técnico, praticamente a partir do nada. Neste contexto, a intenção do ensino técnico é a de formar os técnicos intermédios do que o país necessita, mais do que criar outra via, mais dispendiosa, para o ensino superior» (Pág. 82) e, mais adiante, «as nossas sugestões tomam a forma de uma defesa de que o ensino técnico e profissional deveria ser uma prioridade capital da política educativa e, por isso, do orçamento da educação». (Pág. 88); (vii) além da OCDE, também o Banco Mundial influenciava a situação, dado estar em fase de conclusão, em 1983, a construção e equipamento de espaços oficiais para os cursos complementares do Ensino Secundário, em 43 escolas secundárias, o que representa também um forte motivo de pressão sobre os níveis de decisão política.

Conjugam-se, assim, uma série de factores de pressão, quer de ordem interna ao próprio sistema e ao país quer de ordem externa, pelas incisivas e insistentes «recomendações internacionais», em ordem ao lançamento do ensino técnico em Portugal. Assim se contextualiza a afirmação inicial de que o ensino técnico parecia estar, política e socialmente, condenado ao sucesso.

O ETP representou, de facto, para o IX Governo Constitucional, uma forma de desviar a pressão sobre o ensino superior e de legitimar socialmente o ensino secundário, atribuindo-lhe um papel complementar de qualificação de mão-de-obra.

No entanto, como vimos, a procura social do ETP, pela sua debilidade, não se adequa a esta *linha de sucesso*. Os lugares de formação disponíveis e não ocupados revelam dificuldades de implantação do ETP que merecerão, de seguida, algumas hipóteses interpretativas.

O desenvolvimento de expectativas de permanência no sistema

Conhecidos que são os elevadíssimos índices de reprovação e de abandono ao longo dos seis primeiros anos de escolaridade⁴, é *bastante reduzida a população sobrevivente que se matricula no 10.º ano* (cfr. a evolução de uma coorte apresentada no Quadro 2).

Quadro 2 — O PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS DE UMA COORTE:
1970/71 — 1982/83

ANO LECTIVO	ANO	Matriculas	Não prosseguimentos acumulados	
			Absolutos	%
1970/71	1.º	242 577		
1971/72	2.º	202 111	40 466	16,7
1972/73	3.º	184 337	58 240	24,0
1973/74	4.º	177 627	64 950	26,8
1974/75	5.º	117 124	125 453	51,7
1975/76	6.º	115 997	126 580	52,2
1976/77	7.º	92 023	150 554	62,1
1977/78	8.º	88 999	153 578	63,3
1978/79	9.º	72 335	170 242	70,2
1979/80	10.º	41 554	201 023	82,9
1980/81	11.º	47 867	194 710	80,3
1981/82	12.º	31 732	210 845	86,9
1982/83	Univ.	14 785	227 792	93,9

Fonte: DGEBS — 1985

⁴ A escolaridade obrigatória é de 6 anos. A nova Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86) aponta para um prolongamento para nove anos que só vigorará para as crianças que se inscreverem no 1.º ano de escolaridade neste ano de 1987.

Esta população sobrevivente apresenta uma *composição* e nutre um conjunto de *expectativas* muito características e específicas.

A *composição* social desta franja da população escolar revela um forte grau de distorção comparativamente com a composição da população nacional (ALVES PINTO, 1987).

Quadro 3 — DISTRIBUIÇÕES SEGUNDO O DIPLOMA ESCOLAR DA:

A. população de adultos do grupo étário 40-59 anos em 1981

B. população estudante do ano propedêutico em 1978/79

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	RECENSEAMENTO 1981 (40-59 anos)	INQUÉRITO AOS ESTUDANTES DO ANO PROPEDÊUTICO. 1978/79
	HOMENS	PAIS
Sem diploma	21,4	5,6
4. ^a Classe	61,1	45,3
Sec: 2.º/5.º	10,2	15,8
Sec: 7.º + + C. Médios	3,3	20,2
Superior	3,9	14,2

Fonte: A. Recenseamento de 1981

B. M. C. ALVES PINTO, L'entrée à l'université au Portugal

A pesquisa de M. Conceição Alves Pinto, apesar de incidir sobre o Ano Propedêutico (equivalente ao actual 12.º ano de escolaridade), indica a existência de um tipo de composição social muito aproximado do da globalidade do ensino secundário complementar (10.º, 11.º e 12.º anos).

* * *

Exactamente porque esta população sobrevivente apresentou um elevado grau de distorção na sua composição social, sobrecarregada de níveis sociais elevados, ela alimenta fortes *expectativas* de permanência no sistema de ensino, dado o «papel estratégico» (S. GRÁCIO, 1986) que a posição social desempenha como variável condicionante da realização de percursos escolares prolongados⁵.

⁵ Complementarmente actua também o facto de ao longo de nove anos de escolaridade se ter desenvolvido nas crianças e nos jovens uma formação onde a dimensão do trabalho e da vida social e económica actuais estão profundamente ausentes. Durante longos nove anos fabrica-se um produto que se irá, natural e fortemente, incompatibilizar com o estatuto de estudante do ensino técnico, dentro em breve trabalhador qualificado.

A este facto não é alheia a valorização progressiva dos Cursos Técnico-Profissionais em detrimento dos cursos curtos-Profissionais, mais dirigidos para o trabalho operário, menos qualificados e menos procurados.

Aliás, um inquérito do GEP-MEC (SOARES, M. Cândida, 1980) aos alunos do 9.º ano de escolaridade de todo o país revelava que 75% dos jovens inquiridos desejavam prosseguir estudos (6% não o desejava e 19% não sabia) e, destes, apenas 18,0% tencionava frequentar cursos de índole prática, contra 82% que não formulava sequer essa hipótese (cfr. Anexo — Quadros 4 e 5).

* * *

Dos mesmos 75%, cerca de 70% manifesta interesse em vir a exercer profissões que exigem a frequência de cursos superiores, as chamadas profissões liberais e de tipo científico e técnico, (cfr. ainda GRÁCIO, 1986: 165, onde se confirma a mesma tendência).

As aspirações deste *resto sobrevivente* do sistema de ensino são tão vincadas que, mesmo entre os jovens que frequentam o actual ensino técnico-profissional — que seguiram, portanto, um percurso naturalmente mais dirigido à inserção imediata no mundo do trabalho —, existe uma forte tendência para o prosseguimento de estudos.

Um inquérito a estes alunos revela que, após a conclusão do curso, 32% desejava prosseguir estudos superiores, 22% ainda não sabia o que fazer e 43% afirmava já o desejo de obter um emprego. (AZEVEDO, 1987). Os resultados deste inquérito evidenciam ainda que é nos cursos de maior duração — técnico-profissionais — que se alimentam mais as expectativas de prosseguimento de estudos. (cfr. Anexo-Quadros 6 e 7).

* * *

Complementarmente, é conhecido também o facto de os níveis mais elevados de procura do ETP se situarem na área dos Serviços, com excepção da Electrónica. Se, como vimos no Quadro n.º 1, a média global de candidatos na via Técnico-Profissional foi de 24.1 em 1984/85 e de 23.1 em 1985/86, na área dos Serviços essa é mais alta e situa-se nos 35.5 e 31.6, respectivamente⁶.

Antes de formularmos algumas hipóteses, completamos esta contextualização com uma breve análise da situação do emprego e da mão-de-obra em Portugal.

⁶ A procura na área dos Serviços poderia estar inflacionada pela Informática, o que só acontece em parte. De facto, se retirarmos esta última área do conjunto dos cursos genericamente designados na área de Serviços, as médias de candidatos são igualmente muito elevadas, ou seja, 22,0 e 26,1, respectivamente.

Uma mão-de-obra desqualificada e um patronato anémico

Apesar da garantia dada — propagandeada — de acesso ao ensino superior, o mercado de emprego é, hoje, apresentado aos jovens que frequentam o ETP como a grande porta de saída, desviando, assim, a pressão exercida sobre a entrada no ensino superior. Só que, esta saída está, à partida, quase fechada.

E esta é outra questão que é preciso compreender melhor para explicar os desequilíbrios entre a oferta e a procura no ETP.

* * *

O desemprego tende a constituir-se como um fenómeno social permanente, atingindo sobretudo as camadas mais jovens. Em 1981, o grupo etário 20-24 anos contribuía com 23% para o desemprego total, contra 4,3% do grupo etário 55-59 anos, por exemplo. (cfr. Anexo — Quadro n.º 8).

Mas o desemprego não atinge só os mais jovens. No seio destes afecta os mais qualificados.

Na verdade, uma análise dos níveis de instrução da população desempregada revela que o grupo etário 20-24 anos, p. ex., participa com 52% no total de desempregados com *mais de 9 e menos de 11 anos de escolaridade* e com 61% no total de desempregados com 11 anos de escolaridade (cfr. Anexo — Quadro 8).

Por outro lado, a população activa portuguesa empregue apresenta níveis de escolarização muito baixos, mesmo entre as camadas mais jovens. Se tomarmos como referência os seis anos de escolaridade básica, observamos que, em 1981, no grupo etário 35-39 anos 70,4% dos activos tinham menos de seis anos de escolaridade, no grupo etário 20-24 anos esse valor eleva-se a 52,4% e já atinge os 43% no grupo etário dos 15-19 anos⁷.

* * *

Constata-se, assim, pela análise da estrutura das qualificações dos desempregados e dos empregados que a nossa população desempregada é mais qualificada, além de ser mais jovem.

Entretanto, embora não se conheçam bem os mecanismos de criação de emprego, é um facto a criação de mais de 320 mil novos postos de trabalho entre 1970 e 1981. Sabe-se, entretanto, que a procura tende globalmente a situar-se preferentemente entre os me-

⁷ Há sectores da actividade económica onde estes índices ultrapassam velozmente estas médias; a agricultura e pescas, a construção civil e a indústria transformadora são os sectores da actividade económica em que os activos são menos qualificados.

nos qualificados e os mais jovens, ou seja, os indiferenciados que entram nas empresas sem requisitos salariais ou outros.

As empresas portuguesas são estruturalmente débeis. Apresentam uma pequena dimensão — na Região do Norte, p. ex., 58% das empresas empregam menos de 5 trabalhadores e 98% menos de 50 trabalhadores —, não possuem, na sua grande maioria, quadros médios e superiores e são dirigidas por milhares de homens sem qualquer preparação adequada, a maioria dos quais saiu da terra para iniciar uma nova actividade económica, mantendo uma mentalidade tradicional.

* * *

Os pequenos e médios empresários portugueses foram bem caracterizados por um dirigente político português, que sublinha a sua presença anémica na sociedade portuguesa: «o empresário português, em geral (porque se tem de exceptuar alguns casos à parte), carecia de cultura, de capital e de espírito de risco. Tinha ideias, mas poucas vezes bem fundadas, estudadas e desenvolvidas em programas convenientemente organizados. Propunha-se avançar com um mínimo de capital próprio e na esperança de obter por crédito necessariamente oneroso o resto que lhe faltava. E gostava de jogar pela certa, com lucros altos e rápidos e, sendo possível, com o auxílio, o amparo, a protecção patronal do Estado»⁸.

Num quadro económico global de recessão em que é ainda mais difícil arriscar, os empresários portugueses encontram-se, na sua grande maioria, socialmente adormecidos.

Tensões sociais contraditórias

Os elementos descritos permitem formular um hipótese de explicação globalizante — para lá das muitas pequenas e grandes razões: o *resto sobrevivente* que se matricula no 10.º ano de escolaridade é portador de expectativas de permanência prolongada no sistema de ensino e, por isso, o ETP não surge como a via mais adequada, a não ser — e para alguns — como outra via de acesso superior, porventura mais credenciada em termos de diplomas.

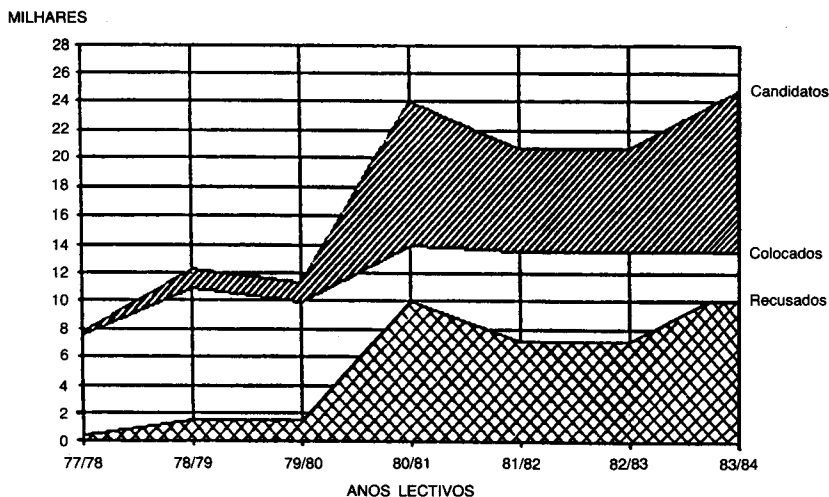
Simultaneamente, o quadro global de hostilidade do mercado de emprego e do mundo do trabalho impele a população escolar que termina o ensino secundário complementar a procurar saídas que adiem o embate com essa adversidade, isto é, buscam o ensino superior.

⁸ Palavras de Marcello Caetano, último Presidente do Conselho de Ministros da Ditadura, no seu livro *Depoimento*, publicado no Rio de Janeiro, em 1974.

O ETP, apesar da sua intencionalidade correctora e da sua legitimidade gera e é envolvida num torvelinho de tensões sociais contraditórias que, pelo menos conjuntamente, afectam a procura do ETP, sobretudo nas áreas de formação mais tradicionais, mantendo-se a tendência para procurar o ensino superior como uma saída natural e um caminho óbvio.

ANEXO Quadros e Gráficos

Gráfico N.º 1 — EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATOS AO ENSINO SUPERIOR, DO NÚMERO DE CANDIDATOS COLOCADOS E NÃO-COLOCADOS (1977/78 a 1983/84)



Fonte: AZEVEDO, J. (1986 b)

Procura social do ensino — 9.º ano de escolaridade
 Apresentação de 2 Quadros de conclusões

Quadro 4

ALUNOS QUE TENCIONAM CONTINUAR A ESTUDAR	
%	
SIM	74,8
NÃO	5,6
NÃO SABE	19,6

Fonte: SOARES (1980)

Quadro 5

Curso Prático Proseguimento estudos	Curso Prático			TOTAL
	Não resposta	Pretendem o curso prático	Não pretendem o curso prático	
Intenção de continuar a estudar	81,8	18,0	0,2	100,0
Não pretendem continuar a estudar	3,3	94,0	2,7	100,0
Indecisos em continuar a estudar	24,5	74,8	0,6	100,0

Fonte: SOARES (1980)

Questionário aos alunos do ETP
 Apresentação de 2 Quadros de conclusões

Quadro 6 — APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO O QUE DESEJA FAZER EM PRIMEIRO LUGAR?

		%
prosseguir estudos no ensino superior	508	16.7
tirar uma especialização	475	15.6
arranjar um emprego	1302	42.9
ainda não sei	673	22.1
responderam mal	26	0.9
não responderam	54	1.8
TOTAL	3038	100.0

Quadro 7 — APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO O QUE PENSA FAZER EM 1.º LUGAR? (SEGUNDO O ANO DE FREQUÊNCIA)

cód.	10.º	%	11.º	%	12.º	%	s/i	total
1	351	14.8	129	21.9	26	34.6	2	508
2	358	15.1	107	18.2	8	10.6	2	475
3	1104	46.6	171	29.0	27	36.0	—	1302
4	494	20.9	168	28.5	9	12.0	2	673
0	21	0.9	4	0.7	1	1.3	—	26
9	39	1.6	10	1.7	4	5.3	1	54
total	2367	100.0	589	100.0	75	100.0	7	3038

Fonte: AZEVEDO, J. (1987)

Quadro 8 — PARTICIPAÇÃO DE 3 GRUPOS ETÁRIOS NA ESTRUTURA DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA 1981

	Total	Ñ sabe ler e escrever	< 4 anos escolar.	< 6 anos escolar.	< 9 anos escolar.	< 11 anos escolar.	< 12 anos escolar.	> 11 anos curso sup. com.	curso super.
Continente	276 898	12 950	23 299	128 664	67 901	28 395	7 874	5 617	2 198
20-24 anos	22,6	5,3	13,9	14,9	25,0	52,1	60,6	41,3	28,0
35-39 anos	4,3	6,2	7,7	5,3	1,8	2,1	1,5	5,9	5,5
55-59 anos	2,3	11,5	4,6	2,3	0,6	0,8	1,0	1,8	2,5

Fonte: Censo 1981

BIBLIOGRAFIA

- ALVES PINTO, M. C. (1987), *Dimensão Social e Regional das Disparidades na Sobre-vivência e Sucesso Escolares em Portugal*. Comunicação ao Seminário da Comissão de Reforma do Sistema Educativo sobre «Sucesso Escolar», Braga.
- AZEVEDO, Joaquim, (1984), *Sobre o Ensino Técnico-Profissional em Portugal. Evolução e problemas actuais*. C.C.R.N., Porto.
- AZEVEDO, Joaquim, (1986-b), *O Lançamento da Experiência Pedagógica do Ensino Técnico-Profissional. Avaliação — Ensino Técnico-Profissional. 1983-1986, Relatório 1*, Porto.
- AZEVEDO, Joaquim, (1987) *Resultados do Questionário aos Alunos. Avaliação — Ensino Técnico-Profissional. 1983-1986, Relatório 4*, Porto.
- CASTRO, José Manuel e AZEVEDO, Joaquim (1986), *A Fraca Procura no Ensino Técnico-Profissional. Avaliação — Ensino Técnico-Profissional. 1983-1986, Relatório 2*, Porto.
- GRÁCIO, Sérgio, (1986) *Política Educativa como Tecnologia Social. As reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Livros Horizonte, Lisboa.
- OCDE (1984), *Exame das Políticas Nacionais de Educação — Portugal*, GEP-MEC, Lisboa.
- SEABRA, José Augusto (1983), *Discurso na cerimónia de posse das Comissões Regionais para o Ensino Técnico*, Porto.
- SOARES, Maria Cândida, et alii, (1980), *Procura Social do Ensino — 9.º ano de escolaridade (1.ªs apuramentos)*, GEP-MEC, Lisboa.